

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

| INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH - UPA III DR. ALAIR MAFRA ANDRADE (CNPJ 23.453.830/0025-47) DEMONSTRAÇÕES DO PERÍODO DE 06 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - EM REAIS (R\$) | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|------------------|---|----------------------------|---------------------|---|--|--------------------|--|--|--|
| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 | | | DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT NOTAS | | | DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) | | | | | |
| ATIVO | NOTA | 2022 | | De 06/06 a | 31/12/2022 | Fluxos de caixa de atividades operacionais | | 2022 | | | |
| CIRCULANTE | | 6.723.500 | RECEITAS OPERACIONAIS | | 17.211.789 | Superávit do exercício | | 3.696.166 | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 926.639 | Serviços prestados pacientes SUS | | 17.211.789 | Ajustes para reconciliar o resultado | | | | | |
| Contas a receber | 4 | 5.376.122 | CUSTOS | | (11.940.699) | Depreciação/amortizações | | 1.825 | | | |
| Estoques | 5 | 401.742 | Pessoal e encargos | | (3.145.108) | (=) Superávit ajustado | | 3.697.991 | | | |
| Adiantamento funcionários | | 2.161 | Serviços de terceiros | | (7.732.523) | Variac. no circul. das contas de ativo e passivo | | (2.786.539) | | | |
| Outros créditos | | 16.836 | Materiais e medicamentos | | (1.063.068) | Redução / (aumento) dos créditos – circulante | | (5.395.119) | | | |
| NÃO CIRCULANTE | | 53.493 | DESPESAS | | (1.568.776) | (Aumento) de estoques | | (401.742) | | | |
| Imobilizado | 6 | 53.493 | Pessoal e encargos | | (786.277) | Aumento de fornecedores | | 2.049.741 | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 6.776.993 | Despesas gerais e administrativas | 13 | (778.245) | Aumento de obrigações trabalhistas | | 744.731 | | | |
| | | | Depreciação/amortizações | | (1.825) | Aumento de obrigações sociais | | 123.529 | | | |
| PASSIVO | | 2022 | Impostos, taxas e contribuições | | (3.151) | Aumento de obrigações tributárias | | 90.213 | | | |
| CIRCULANTE | | 3.080.827 | Outras receitas e despesas operacionais | | 722 | Aumento de outras obrigações | | 2.108 | | | |
| Fornecedores | 7 | 2.049.741 | FINANCEIRAS, LÍQUIDAS | | (6.148) | Aumento / redução das obrigações - não circulante | | - | | | |
| Obrigações trabalhistas | 8 | 744.731 | Receitas financeiras | | 12.155 | Ajustes patrimoniais | | - | | | |
| Obrigações sociais | 9 | 123.529 | Despesas financeiras | | (18.303) | Caixa líquido (utilizado) | | 911.452 | | | |
| Obrigações fiscais | | 90.213 | SUPERÁVIT DO PERÍODO | | 3.696.166 | Atividades de investimentos | | (55.318) | | | |
| Outras contas a pagar | | 2.108 | Demonstração das Mutações do Patr. Líquido- | | | Aquisição de imobilizado | | (55.318) | | | |
| Partes Relacionadas | 10 | 70.505 | período de 06/06 a 31/12/2022 em reais (R\$) | | | Aquisição de bens do intangível | | - | | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 12 | 3.696.166 | Patrimônio Social | Superávit acumulado | Total | Atividades de financiamento | | 70.505 | | | |
| Patrimônio Social | | - | Início das ativ. | | | Partes relacionadas | | 70.505 | | | |
| Superávit do exercício | | 3.696.166 | em 06/06/2022 | | | Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | 926.639 | | | |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 6.776.993 | Superávit do exercício | | 3.696.166 | Varição em caixa e equivalentes de caixa | | - | | | |
| | | | Em 31 de dez. de 2022 | | 3.696.166 | Saldo existente no início do período | | - | | | |
| | | | | | | Saldo existente no final do período | | 926.639 | | | |
| | | | | | | Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | 926.639 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO DE 06 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - EM REAIS (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL a) Objetivos Sociais A UPA III DR. ALAIR MAFRA ANDRADE é uma unidade hospitalar da rede municipal de Saúde, com atendimento à assistência à saúde, atendendo as patologias com atendimento especializado em diagnóstico, terapêuticas e exames de média complexidade. A unidade oferece assistência de média complexidade em clínica médica, ambulatório, exames de raios-x, laboratoriais e Tomografia. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia.

b) Contrato de Gestão A Unidade de Pronto Atendimento Dr. Alair Mafra de Andrade é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0025-47), desde 6 de junho de 2022, por meio de contrato de gestão nº 362/2022-SEMUSA Anápolis Go. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

| Âmbito | Legislação | Publicação |
|-----------|------------------------------|-------------------|
| Federal | Decreto Federal nº 50.517/61 | DOU de 23/12/1970 |
| Estadual | Lei Estadual nº 5.341/1969 | DOE de 19/11/1969 |
| Municipal | Lei Municipal nº 416 | DOM de 16/08/1967 |

Em 20 de outubro de 2022, a obteve renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, com validade pelo período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, pela portaria nº 764 emitida pelo Ministério da Saúde. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187 /2021

2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1. Declaração de conformidade As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração, em 27 de abril de 2023.

2.2. Base de mensuração e apresentação As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Principais práticas contábeis a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata.

b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

c) **Ativo imobilizado:** A Administração recebeu listagem inicial de ativos oriundos da gestão anterior, porém não estavam valorizadas, portanto, não reconheceu os ativos do contrato Gestão nestas demonstrações contábeis. Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, quando aplicável, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

d) **Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.

e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) **Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

g) **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

h) **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

i) **Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

j) **Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

k) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

l) **Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2022 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste processo é avaliado periodicamente pela entidade.

m) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2022

| | 2022 |
|-----------------------------|----------------|
| Caixa | 1.166 |
| Aplicações em CDB – custeio | 925.473 |
| | 926.639 |

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

4. CONTAS RECEBER O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, Contrato 362/2022 de Gestão - Alair Mafra de Andrade, com a Secretária de Saúde do Município de Anápolis - SEMUSA, com validade até 10/05/2023.

| | 2022 |
|---|------------------|
| Contrato de Gestão 362/2022 – Dezembro/2022 | 2.458.827 |
| Contrato de Gestão 362/2022 – Junho a Novembro/2022 (i) | 2.917.295 |
| | 5.376.122 |

(i) Refere-se a montante retido pela prefeitura, relativo aos meses de junho a novembro de 2022, em discussão. A Administração considera o montante recebível, portanto, não foram realizadas provisões.

5. ESTOQUES 2022

| | 2022 |
|-------------------------------------|----------------|
| Drogas e medicamentos em geral | 210.234 |
| Materiais de uso do paciente | 136.639 |
| Material de limpeza e higienização | 2.905 |
| Material de expediente e impressos | 13.258 |
| Materiais de manutenção | 24.883 |
| Equipamentos de proteção individual | 1.069 |
| Materiais de laboratório | 595 |
| Dietas enterais e parenterais | 7.615 |
| Material de informática | 461 |
| Materiais odontológicos | 4.083 |
| | 401.742 |

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

6. IMOBILIZADO

| | Máquinas e Equipamentos | Máquinas Móveis e Utens. | Máquinas e Equip. Hospit. | Total |
|------------------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------|
| | 10% | 10% | 10% | |
| Saldo inicial em 06/06/2022 | - | - | - | - |
| Aquisição | 15.890 | 19.738 | 19.690 | 55.318 |
| Depreciação | (538) | (615) | (672) | (1.825) |
| Saldo 31/12/22 | 15.352 | 19.123 | 19.018 | 53.493 |

7. FORNECEDORES 2022

| | 2022 |
|--------------------------|------------------|
| Materiais e medicamentos | 30.754 |
| Serviços médicos | 705.200 |
| Serviços | 1.189.159 |
| Diversos | 124.628 |
| | 2.049.741 |

Continua...

| | |
|--|------------------|
| Continuação... | |
| 8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS | 2022 |
| Obrigações com pessoal | 416.204 |
| Provisão de férias | 304.219 |
| Provisão FGTS s/ férias | 24.308 |
| | 744.731 |
| 9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS | 2022 |
| INSS a recolher | 40.217 |
| FGTS a recolher | 48.298 |
| IRRF s/ folha a recolher | 35.014 |
| | 123.529 |
| 10. PARTES RELACIONADAS O saldo a pagar em 2022 no passivo circulante R\$ 70.504, corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. O Contrato de Gestão 362/2022, junto à Secretária de Saúde do Município de Anápolis - SEMUSA, compreende a Administração da Upa Alair Mafra de Andrade. | |
| 11. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores: | |
| Cível | 2022 |
| | 2.040.000 |
| | 2.040.000 |
| 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. No ano de 2022 foi obtido superávit de R\$ 3.696.166. | |
| 13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS | 2022 |
| Serviços de Gestão | (509.360) |
| Telefone | (3.113) |
| Água e esgoto | (14.672) |
| Reformas | (12.380) |

| | |
|-----------------------|------------------|
| Viagens e hospedagens | (30.999) |
| Despesas c/ Veículos | (21.752) |
| Outros | (185.969) |
| | (778.245) |

14. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

| | |
|---------------------|------------------|
| Cota patronal | 656.600 |
| RAT/SAT | 62.475 |
| Total INSS | 719.075 |
| COFINS | 516.354 |
| Total COFINS | 516.354 |
| TOTAL | 1.235.429 |

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

| | |
|---------------------------------|------------------|
| Aplicações em CDB - custeio | 925.472 |
| Contas a Receber | 5.376.122 |
| Total ativos financeiros | 6.301.595 |

| | |
|-----------------------------------|------------------|
| Descrição | 2.049.741 |
| Fornecedores | 2.049.741 |
| Total passivos financeiros | 2.049.741 |

16. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **17. EVENTOS SUBSEQUENTES** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 362/2022 - SEMUSA estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 10 de maio de 2023.

Anápolis-GO, 27 de abril de 2023.
Sebastião Bismarques da Silva
Diretor Executivo - CPF: 29529921187
Bruno Ricardo Barbosa Martins
Contador CRC 1SP271145/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte III - Dr. Alair Mafra Andrade Anápolis - GO **Opinião com Ressalva** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte III - Dr. Alair Mafra Andrade, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o período de 06 de junho a 31 de dezembro de 2022, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte III - Dr. Alair Mafra Andrade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** Quando do início do processo de implantação e operacionalização da unidade, o Instituto recebeu uma posição de estoques da Secretaria de Saúde do Município de Anápolis-GO que não possuía valorização. Conseqüentemente, o Instituto não reconheceu saldos iniciais valorizados de estoques de acordo com as médias de preços sistematicamente controladas por este poder concedente. O Instituto ajustou os estoques iniciais pela média de compra do mês de julho de 2022. Nestas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que permitissem concluir sobre a adequação dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período junho a julho de 2022 e apresentados ao resultado do período no montante total de R\$ 334.688, na rubrica de custos com materiais e medicamentos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, fo-

ram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes** Conforme nota explicativa nº 11, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. • **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a pers-

pectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a Secretaria de Saúde de Anápolis como circulante os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto (i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. (ii) Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 17, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão da UPA Alair Mafra Andrade está vigente até 10 de maio de 2023, entretanto, até a emissão desse relatório, a Secretaria de Saúde do Município de Anápolis não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. (iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Secretaria de Saúde do Município de Anápolis-GO), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

Continua...



Continuação...

elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evi-

dência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de abril de 2023.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6